

CULTURA POLÍTICA E CULTURA HISTÓRICA: O POSICIONAMENTO POLÍTICO DE JOVENS DOS CAMPOS GERAIS/PR ACERCA DO RETORNO DO MODELO IMPLANTADO EM 1964

Matheus Mendanha Cruz ¹

Luis Fernando Cerri ²

Palavras - chave:

Cultura Histórica; Juventude;
Cultura Política; Consciência
Histórica.

Resumo: A discussão, aqui apresentada, objetivou refletir sobre o que os jovens de ensino médio de cinco escolas diversas da região paranaense dos Campos Gerais, conhecem acerca do período dos Governos Militares (1964-1985) e como se posicionam politicamente frente a ele. Os apontamentos feitos no trabalho visam o apanhado geral dos dados e também a comparação entre os dados levantados nas escolas. Para esta reflexão foi utilizado, como base teórica central, os conceitos de Cultura Histórica e Consciência Histórica de Rüsen. Como metodologia de trabalho foi utilizada a técnica de estatística descritiva com base em dados levantados de forma quantitativa, ou survey. Os questionários utilizados foram confeccionados para a presente investigação e, de certa forma, inspirados no projeto Jovens e a História. Foram aplicados o total de 339 questionários, com 17 questões, e foi utilizado o software SPSS para o cruzamento de dados. Quanto as conclusões, é possível observar apoio significativo ao Governo dos Gerais, assim bem como a ideia de que uma nova intervenção, ou um governo com as mesmas características, seria a solução para o Brasil.

INTRODUÇÃO

O texto que aqui apresentamos é parte da monografia intitulada *A ditadura civil-militar brasileira na visão de estudantes dos Campos Gerais – PR – 2017*, mais especificamente os capítulos três e quatro da mesma, apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2017. A motivação central para o desenvolver da pesquisa veio da percepção de que há entre os jovens, que não viveram o período em que os militares estiveram à frente do governo, apoio para o retorno implementado em 1964.

A percepção desse fenômeno não é exclusiva, afinal Balestra (2016, p. 250) já havia colocado esse problema anteriormente. O que nos indica a pertinência da discussão e a importância de trabalhos que reflitam sobre esse processo de apoio, por parte da juventude, a medidas autoritárias³.

A partir dessas constatações surgiu o interesse de investigar se essa parcela que apoia a retomada desse modelo como solução para os problemas pelos quais o Brasil passa são uma parte significativa entre os jovens ou se representam uma parcela pequena.

Para além dessa questão, também foi nosso interesse durante o processo de pesquisa buscar relações entre conhecimento histórico e posicionamento político. Para esse objetivo foi optado por se focar em questões sobre a tomada de poder ocorrida em abril de 1964 e o governo que decorreu daí. Essa escolha foi feita partindo do pressuposto de que é o conhecimento histórico que permite a orientação para um posicionamento mais consciente no presente além de permitir um vislumbre mais

1 Licenciado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, com experiência de trabalho na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, na rede Estadual de Ensino do Paraná e na rede particular da cidade de Ponta Grossa. Integra também o Grupo de Estudo em Didática da História (GEDHI) da UEPG.

2 Orientador. Possui graduação em História (1992), mestrado (1996) e doutorado (2000) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor associado no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua no mestrado acadêmico de História e no mestrado profissional (ProfHistória) da UEPG. Tem experiência na área de História, com ênfase em ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura histórica, didática da história, consciência histórica, identidade social, ensino de história. Líder do Grupo de Estudos em Didática da História (GEDHI). Membro ativo da Red de Especialistas em Docencia, Difusion e Investigación en Enseñanza de la Historia (REDDIEH - México). É diretor do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UEPG e bolsista de produtividade em pesquisa nível 2 do CNPq.

3 Balestra (2016, p. 270) e Cerri (2016, p. 96) indicam como resposta que essa tendência ocorre mais por desconhecimento histórico do que por conservadorismo

4 possível perceber esse movimento em Koselleck (2006) quando ele propõe os conceitos de Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa.

claro acerca do futuro⁴.

Relacionando-se aos processos destacados até aqui, também objetivamos compreender o caminho percorrido para que essas ideias referente a volta de um governo autoritário, que pareciam estar encerradas, voltassem à tona com tanta força, para isso nos utilizamos principalmente do conceito de Memória Subterrânea que Pollak (1989) propõe.

BASE TEÓRICA E METODOLOGIA

A presente pesquisa se insere sob os domínios da História, pois refere-se à Didática da História. É importante destacar que esse tipo de posicionamento não limita esse campo apenas à metodologia do ensino de história, ou ainda sobre as questões da história dentro da lógica escolar.

Saddi é um dos autores que nos permitem alargar essas fronteiras e perceber que a Didática da História se debruça “tanto [sobre] o ensino escolar de História quanto os seus usos públicos e as histórias produzidas pela ciência da história” (SADDI, 2012, p. 219). Ou seja, esse campo dedica-se à circulação e construção, escolar ou não, do conhecimento histórico no cotidiano da sociedade.

A Didática da História é um campo que vem sendo construído e por isso não há um consenso amplo sobre o que efetivamente esse campo é⁵. Oldimar Cardoso em um dos textos que lançam o fundamento daquilo que é a Didática da História de tendência alemã no Brasil coloca a Didática da História como campo que utiliza como fonte o “cotidiano das aulas de História ou de qualquer espaço de expressão da cultura ou da consciência histórica” (CARDOSO, 2008, p. 162).

O tema da pesquisa aqui apresentada se enquadra no esforço de refletir sobre o próprio papel da ciência da História fora dos muros das universidades quando se interessa pelos caminhos percorridos pelos saberes sobre o passado que permite gerar posicionamento a favor ou contra do modelo de governo implantado pelos generais em 1964. Cerri (2017, p. 27) chama a atenção para a importância desse esforço quando destaca

que a (...)

(...) Didática da História também pode desempenhar um papel epistemológico para a História e a historiografia, mas em termos de uma epistemologia voltada “para fora” da ciência, em vez de “para dentro”, como é comum nos estudos de Teoria da História.

Para a realização dos objetivos proposto utilizamos como fonte questionários aplicados entre alunos do ensino médio da região dos Campos Gerais/PR. O material foi pensado especificamente para os objetivos propostos para a investigação que originou o presente texto. É importante que se destaque que não há nenhuma intenção estatísticas nos dados, desta forma os dados aqui apresentados foram possíveis devido a parceria de escolas e professores que, voluntariamente, cederam a nós a oportunidade de perguntar para os estudantes acerca de seus posicionamentos e conhecimentos históricos.

Foram aplicados 339 questionários no total e as escolas foram divididas em cinco categorias para que as análises dos dados fossem o mais efetivas possíveis, sendo elas: Privada Laica (75); Privada Confessional (54); Pública de Excelência (71); Pública Central (94); Pública de Periferia (45).

Para a apresentação dos dados para debate durante o texto foram utilizados gráficos e estes são compostos através da utilização de porcentagens. Para os cálculos e cruzamento de dados foi utilizado o *software* SSPS e os gráficos foram gerados através do Word.

TRANSIÇÃO POLÍTICA E CULTURA POLÍTICA

Nessa seção do texto nos debruçaremos sobre a Cultura Política e sua relação com o apoio aos militares. Uma das questões que foi colocada para os estudantes refere-se a lei da anistia, No 6.683/79, e as respostas apontam para uma desinformação sobre o processo histórico do governo dos generais e também da finalização desse período. Em todas as escolas as opções mais marcadas foram as que apontam para a existência de um julgamento dos torturadores, o que, de fato, não ocorreu.

3 “O que é Didática da História?” é um vídeo que reúne quatro estudiosos (Cerri; Pacievitch; Cardoso; e Saddi) que cada um responde a pergunta proposta expondo seus pontos de vista e definição, sendo possível perceber as diferenças e aproximações teóricas entre eles. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h9tMPXWUr9s>. Acessado em: 31/03/2018.

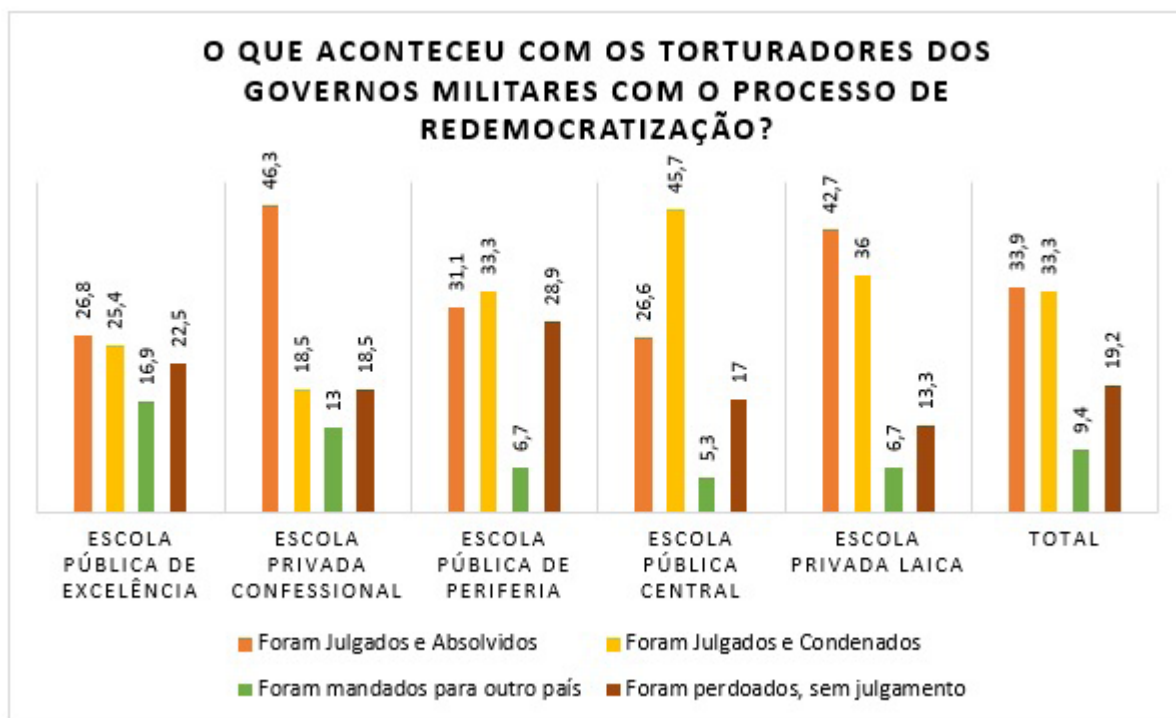


Gráfico 1 - O que aconteceu aos torturadores dos governos militares: por escolas
Fonte: O autor

A questão da tortura foi um dos principais pontos em que a oposição, principalmente a esquerda armada que voltou ao país com o processo de anistia, atacou o regime dos generais (VASCONCELOS, 2009, p. 72). O desconhecimento dos estudantes acaba por prejudicar o debate sobre o que foi o período em destaque.

Durante a reflexão e análise dos dados coletados surgiu o questionamento sobre se os estudantes têm noção clara de quem foram os torturadores do período dos governos dos generais. Essa reflexão foi levantada pelo regime em foco ser conhecido entre os jovens pela suposta segurança e justiça (CERRI e DUARTE, 2012, p. 248), ou até mesmo de democracia mais participativa do que no governo Goulart (ÁVILA, 2016, p. 178, 182). Sendo assim pode ser deduzido que todos os torturadores, como criminosos, foram julgados. Entretanto não é claro que eles saibam quem efetivamente foram os torturadores do regime.

Um dos fatos que facilita a falta de informação sobre o período do governo dos generais foi o processo demorado e tutelado de abertura política. O Brasil vem em uma cultura política de poucas rupturas, ou seja, tem “como marcas centrais [a cultura política brasileira] a recusa de definições rígidas e a repulsa aos conflitos, que são evitados ou escamoteados, lançando-se mão de ações gradativas, moderadoras, conciliadoras e integrativas” (MOTTA,

2014a, p. 292).

O processo de mudança de regime em 1985 não fugiu à essa característica. Carlos Arturi (2001, p. 17) explica que “o processo de democratização brasileiro apresenta também, como uma de suas características centrais, o fato de ter se desenvolvido através de negociações sob forte controle dos dirigentes autoritários” e essa direção dos militares gerou uma espécie, do que o autor chama, de “democratização outorgada brasileira” (ARTURI, 2001, p. 20).

Stepan (1988, p. 523) concorda com Arturi quando afirma que:

O Brasil é o país onde existe menos conflito sobre a iniciativa do novo governo civil de redimensionar a missão e a organização dos militares. Esta ausência relativa de conflito deve-se ao fato de que, na Nova República, virtualmente toda a reestruturação dos militares realizou-se por iniciativa militar e sob controle militar.

Maria Souza (1988, p. 569) destaca que esse processo de redemocratização ocorreu dentro de uma lógica de acertos entre elites regionais, o que também faz parte da história política do Brasil, apoiados por fracos militares, o que distanciou as negociações e o protagonismos dos partidos e suas bases eleitorais, o que, de fato, seria democrático.

Outro fator que é sintomático da permanência dos militares na liderança do processo de reabertura política é que “nada menos que 217 dos 559 cons-

tituintes tiveram passagem pela legenda que apoiou o autoritarismo antes de 1980” (SOUZA, 1988, p. 570), ou seja, mesmo no meio dos civis tem um grande número de políticos que estiveram ligados ao regime, inclusive o primeiro presidente civil, eleito indiretamente, foi líder da ARENA durante anos.

Essa permanência é tão forte que Stepan (1988, p. 523) demonstra que o Brasil, entre Uruguai e Argentina, é o que mais investe nos militares após sua saída do poder, uma vez que durante os últimos anos do regime decaiu os orçamentos militares, mas após a redemocratização aumentou-se esse orçamento. Para além da questão de orçamento, Stepan (1988, p. 536) destaca que “tanto antes como depois da democratização, o quadro ministerial brasileiro conta com seis oficiais-generais em serviço ativo”, o que acaba por caracterizar essa forte influência política dos militares⁶.

Durante todo o texto Arturi (2001), além de ressaltar o caráter conciliatório da transição, dá foco no período longo de tempo que esse processo de abertura levou para ser finalizado. A conjugação desses fatores não permitiu uma discussão acerca do que foi o período dos governos militares, o que impulsiona a desinformação apontada pelos dados coletados.

Esse processo é fruto dos mecanismos que os militares utilizaram enquanto estavam no poder. Embora a Cultura Política brasileira esteja voltada ao personalismo, que será discutido um pouco mais adiante, o exército brasileiro encarna a imagem

não de uma corporação, mas de um ente. O lema do exército é Braço Forte, Mão Amiga, esse lema apresenta-se de forma bastante apelativa a imagem paternalista que o exército e a sociedade brasileira cunharam para a instituição, imagem que existia em 1964 de defesa do país em momentos de crise (STEPAN, 1975, p. 35)⁷.

Os dados apresentados a seguir servem para pensar sobre essa relação paternalista entre militares e brasileiros que está na cultura política nacional. Os gráficos baseiam-se na pergunta que questiona qual seria seu candidato para as eleições presidenciais de 2018 e qual seria a solução atualmente para o Brasil. Para o primeiro optou-se por apresentar apenas os candidatos que conseguiram mais de 3% dos votos dos estudantes participantes.

Já para o segundo, as respostas foram divididas em: Democráticos, que são os que escolheram as opções de Eleições Gerais Já ou permanência do atual governo até 2018; Intervencionistas, que são os que optaram pelas opções de Implantar uma Ditadura, uma Intervenção Militar e Fechamento da Câmara dos Deputados e Senado; por fim, os que escolheram as opções de Revolução Comunista, Revolução Anarquista ou Entregar o Governo para os herdeiros de D. Pedro II⁸. Esses últimos não foram colocados em grupos separados porque o objetivo central do trabalho é a relação dos jovens com o período dos generais.

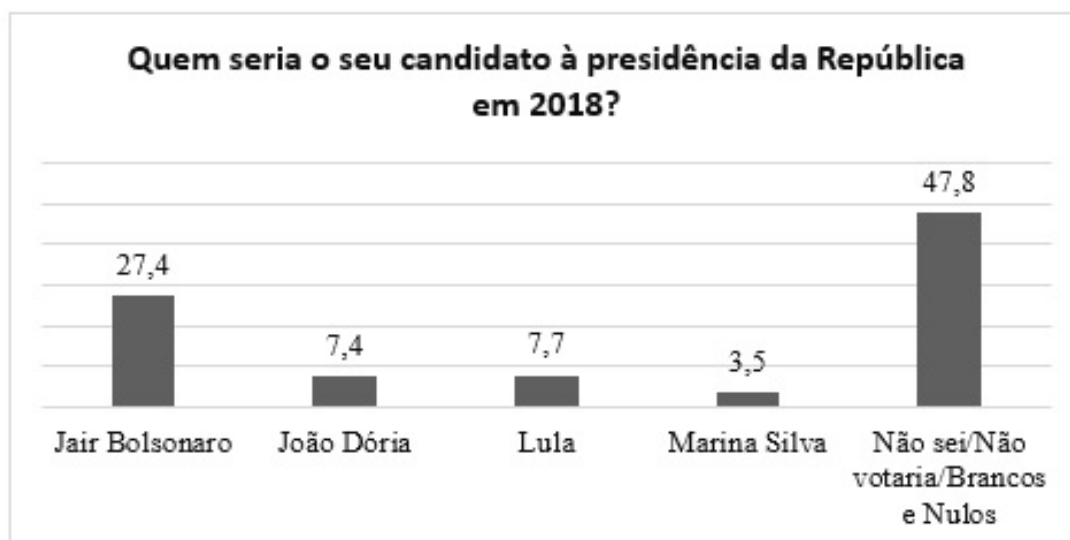


Gráfico 2 - Quem seria seu candidato à presidência em 2018: Geral
Fonte: o autor

6 Em outro momento (CRUZ e MOREIRA, 2015) nos ocupamos de discutir, através de revisão de literatura, esse caminho trilhado pelos militares na política desde a Guerra do Paraguai, até o ano de 1961, demonstrando assim a participação constante do exército, principalmente, na política nacional como ator ativo dessa dinâmica.

7 O processo de fortalecimento dessa ideia do exército será trabalhado dentro do conceito de Padrão Moderador mais adiante no trabalho.

8 Essa divisão será utilizada para outros gráficos do trabalho.

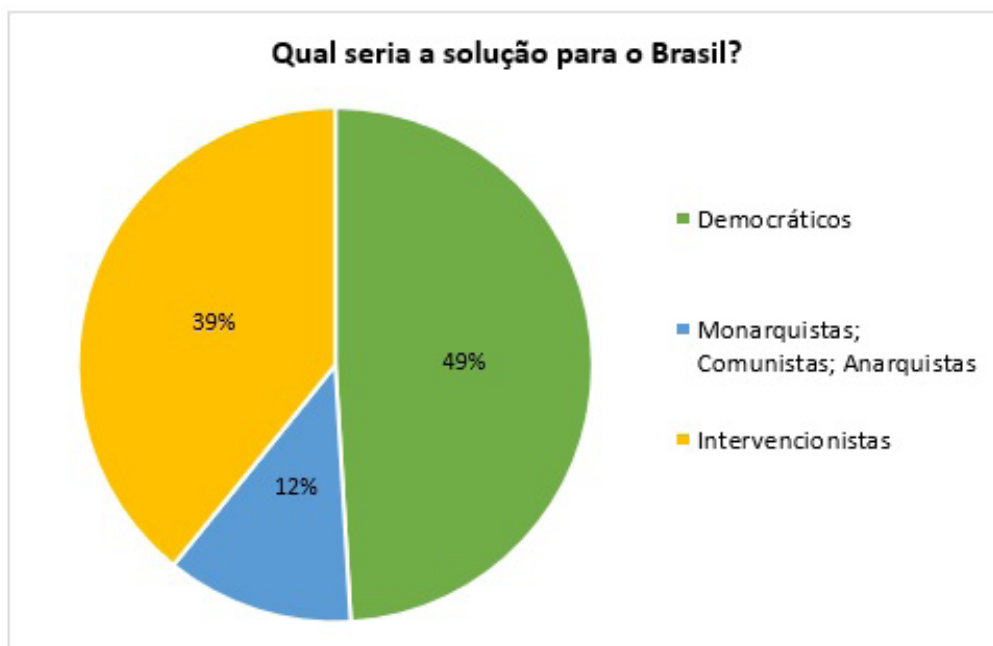


Gráfico 3 - Solução para o Brasil: Categórico
Fonte: o autor

Os dados levantados e sistematizados nesse gráfico permitem compreender, embora os democráticos sigam com a maioria, a força que tem ganhado o discurso pelo retorno dos militares ao poder. E como motivo para esse posicionamento levantamos algumas reflexões utilizando o cruzamento dos dados com a bibliografia que pensa sobre o período, sobre cultura política e sobre cultura histórica.

Os dados do Gráfico 2 corroboram a força dos intervencionistas, demonstrada no Gráfico 3, quando demonstra que o candidato mais votado pelos

jovens entrevistados seria Jair Bolsonaro, que é um militar que está há sete legislaturas seguidas no Congresso e que se afirma como filiado às ideias que prevaleceram durante o período em que os militares estiveram no poder.

A seguir será apresentado os dados referentes as respostas dos democráticos quanto ao candidato em que eles votariam. Esse cruzamento nos possibilita observar um pouco melhor como eles tem se colocado politicamente, mesmo que a princípio, tenham se posicionado a favor da democracia.

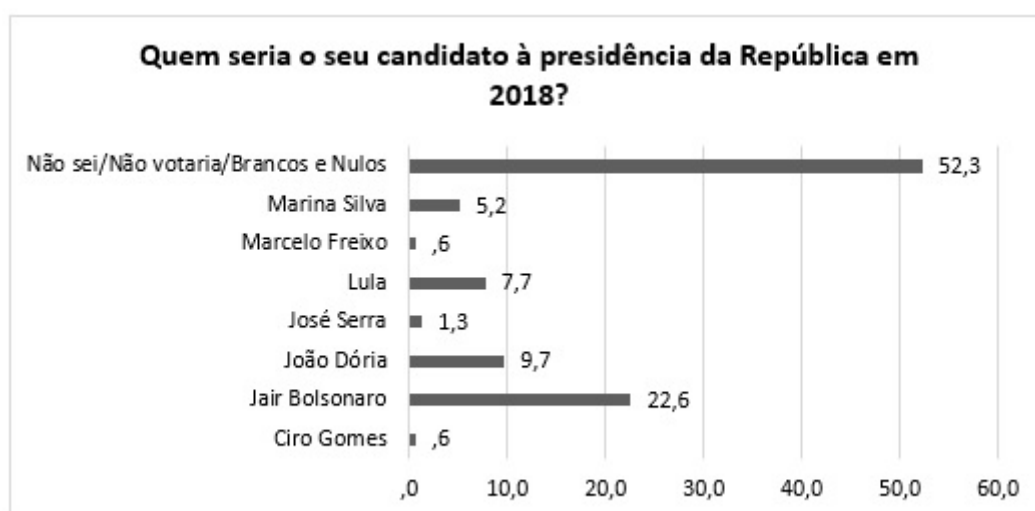


Gráfico 4 - Quem seria seu candidato à presidência em 2018: Democráticos
Fonte: O autor

Com os dados do Gráfico 4⁹ é possível perceber que mesmo em meio aos democráticos a força do Bolsonaro é grande, menos do que no geral, mas, mesmo assim, é considerável. Os outros candidatos que estão logo atrás de Bolsonaro são João Dória, prefeito de São Paulo, e o ex-presidente Lula, que também são figuras importantes e com forte apelo personalista.

Um dos fatores que pode ter grande influência nos jovens, para que eles escolham os candidatos que escolheram, é a tendência da cultura política¹⁰ brasileira ao personalismo. Os dois mais votados no geral, Bolsonaro e Lula, são muito famosos e estão constantemente aparecendo nos meios de comunicação. Esse fator se repete quando se trata apenas dos democráticos, uma vez que Dória também está constantemente na mídia e tem feito um trabalho forte de divulgação de sua imagem nas redes sociais. O trabalho de Elis Radman (2001) aponta para essa tendência de ir pelo que já está familiarizado, concluindo que o eleitor vota por simpatia e intuição baseada numa política personalista, não ligando o candidato a contextos, menos ainda ao partido político a qual ele pertence e sua trajetória histórica. Até porque os eleitores pesquisados, de classe mais baixa, não tinham definições político-ideológicas claras e havia grande desinformação sobre as questões políticas.

Não é só Elis Radman que aponta para esta tendência da cultura política brasileira. Baquero (2001, p. 100) também conclui que “os pleitos eleitorais têm se caracterizado, a longo do tempo, por apelos subjetivos, emocionais, personalistas e clientelistas”. Ou seja, uma vez que há indicadores que apontam para a desinformação, como apresentados nos gráficos anteriores, é possível que a escolha do candidato tenha sido feita influenciada grandemente pela familiaridade rasa com os respectivos nomes.

Outra ideia que serve como suporte teórico para pensar essa questão da familiaridade é o apresentado por Motta quando ele afirma que “na cultura política brasileira, as instituições e relações impessoais são objeto de desconfiança e de ceticismo, enquanto os laços pessoais e familiares são valorizados e respeitados” (MOTTA, 2014a, p. 292). Essa afirmação de Motta abre a possibilidade de pensar

o personalismo crescendo na proporção da desconfiança das instituições políticas postas atualmente.

Essa força do personalismo na cultura política brasileira reforça a utilização de nomes nas questões que foram apresentadas anteriormente. Para além da organização temporal e do construto narrativo é importante compreender quais os nomes que são, de certo modo, mais familiares aos estudantes.

IMAGEM DOS MILITARES

O pesquisador Stepan (1975, p. 110) aponta que em 1964 os militares só chegaram ao poder porque nem direita, nem esquerda tinham confiança nas instituições políticas do período. O cenário político atual do Brasil é de uma série de acusações contra todas as instituições, contra os três poderes. Quando essas acusações minam a confiança da população, e dos próprios atores políticos, a ideia de que é preciso a *intervenção moderadora* dos militares refloresce.

Essa imagem paternalista, que Alfred Stepan (1975, p. 50) denomina de Padrão Moderador, serve para pensar a proposta de solução pela via da intervenção militar e a escolha de Jair Bolsonaro, que é um político que se alinha com o período do governo dos generais. Dentro desse Padrão Moderador os militares assumiriam um papel “que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos” (STEPAN, 1975, p. 50).

Stepan (1975, p. 52) explica que “desde a queda da monarquia em 1889, os militares não só assumiram como também lhes foi delegado o tradicional ‘poder moderador’, originalmente exercido pelo imperador”. O que é possível, baseado nas ideias expostas por Stepan, levantar como hipótese para esse retorno do apoio ao governo dos generais é que, devido a insegurança e a crise política que se vive atualmente no Brasil, volta à tona esse papel moderador que foi depositado no exército desde o fim do Império.

9 Só foram apresentados os nomes dos candidatos que pelo menos um estudante marcou.

10 O conceito de Cultura Política que temos utilizado serve para “(...) designar o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 2008, p. 306). É esse conjunto de características que permitem pensar, de uma maneira mais geral, as tendências de ações e posicionamentos políticos dos eleitores e estudantes brasileiros.

Um outro processo que se relaciona com essa ideia do padrão moderador e que também ajuda a pensar esse fortalecimento do posicionamento pela volta dos militares ao poder é a atitude dos líderes do governo dos generais de investirem nas permanências. Maria de Souza (1988, p. 595) aponta que “os militares que passaram a governar o país após 1964 pouco fizeram no sentido de criar instituições distintas daquelas do período anterior, conduziram a política brasileira através da distorção das instituições preexistentes e não a partir de sua destruição”.

Essa estratégia acaba por naturalizar o período que deveria ser de intervenção curta e acabou por durar 21 anos, afastando um pouco a imagem de ditadura. Além dessa estratégia um fato que pode ser indicado como base para o apoio de uma parcela da população ao regime é que, comparado com os demais regimes contemporâneos do cone sul liderados por militares, o do Brasil atingiu de modo violento uma parcela menor de vítimas (SOUZA, 1988, p. 548).

Motta (2014a, p. 311) ressalta que “a lealdade pessoal era indispensável para o sucesso de acordos informais” e são esses acordos que possibilitaram as negociações que, de certa forma, evitam a maior violência por parte do regime. Essa acomodação¹¹, baseada nesses acordos informais, que permitiu que os militares mantivessem a faixa democrática.

É importante salientar que “muitos procuravam maneiras de se acomodar ao novo sistema de poder, sem que isso significasse, a seus olhos, qualquer compromisso com a ditadura” (MOTTA, 2014a, p. 310).

Por fim, ainda é possível pensar a formação da cultura política brasileira como uma cultura autoritária. Marilena Chauí (1995, p. 74) afirma que:

Afirma-se que no Brasil, infelizmente, atravessamos periodicamente fases de autoritarismo, visto como um acontecimento referido ao regime político e ao modo de funcionamento do Estado ditatorial. Dessa maneira, dissimula-se o fundamental, isto é, que o autoritarismo não é simplesmente a forma do governo, mas a estrutura da própria sociedade brasileira. Esta é visceralmente autoritária.

A Revista de História da Biblioteca Nacional de número 103 dedicou-se a discutir as ditaduras pelas quais o Brasil passou desde a proclamação da República. O dossiê dessa edição do periódico demonstra que a saída autoritária não foi solução apenas uma vez no Brasil.

É possível perceber essa Cultura Autoritária na sociedade brasileira quando a elite brasileira se contrapõe a República por esta minar a estrutura hierarquizada, excludente, socialmente elitista e autoritária do império¹² (SALLES, 2013, p. 50).

Esse aspecto da cultura autoritária também está ligado a um outro traço da cultura política brasileira, destacada por Simón Schwartzman: Representação e Cooptação. A principal diferença entre os dois conceitos é que o primeiro se refere a organização estatal de cima para baixo, onde a base é mais importante e tem um maior dinamismo porque o Estado está mais descentralizado; já o segundo, é marcado pela pouca autonomia, onde o estado se coloca como ente principal da dinâmica política¹³.

Para o autor a dinâmica política do Brasil não pode ser binômio direita e esquerda e sim pelo representação e cooptação¹⁴. E, para Schwartzman, a tendência do Brasil é optar por esse Estado forte que coopta setores da sociedade para se manter e isso ocorre porque herdamos, como nação, essa estrutura política da administração colonial portuguesa (SCHWARTZMAN, 1971, p. 7).

Um exemplo ainda sobre essa força de centralização do Estado é o trabalho de Suzigan (1988) que demonstra esse aspecto, só que na área econômica. O autor demonstra, tendo por foco o processo de industrialização do Brasil, quão dependente do Estado a economia brasileira se construiu.

Ainda outro exemplo que pode ser destacado dessa centralização e lógica de cooptação do Estado brasileiro é exposto por Ricardo Salles (2013, p. 58-59) quando afirma que (...)

(...) o patriarcalismo, o patrimonialismo, o elitismo e o favor compuseram uma ética que uniu a prática política institucional à prática social cotidiana; que ligava os mecanismos de influência e poder local aos corredores dos palácios do governo central.

11 Motta (2014a) trabalha com os conceitos de Adesão, Resistência e Acomodação.

12 Essa é a linha central de argumentação que o autor Ricardo Salles (2013) utiliza no livro *Nostalgia Imperial: Escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*.

13 Essas discussões estão no artigo *Representação e Cooptação política no Brasil* de Simón Schwartzman. Este trabalho foi originalmente publicado na revista *Dados* de 1970, mas referencio aqui a versão on-line por não ter conseguido acesso a em papel. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/dados7.htm>. Acessado em: 03/11/2017.

14 Embora julguemos importante os conceitos de Representação e Cooptação e aceitemos que ele esteja ligado com essa cultura autoritária que Chauí trabalha, não concordamos com Schwartzman quando ele desqualifica o binômio Direita e Esquerda para a discussão da política brasileira. Ressaltamos aqui o trabalho de Bobbio (1995) que demonstra quão presente a diade direita/esquerda se faz, além de demonstrar as diferenças conceituais entre as duas posições.

Cruzando os dados com a bibliografia estudada é possível sugerir que o apoio ao governo dos militares tem base na cultura política autoritária, que se relaciona com o conceito de cooptação. Esses fatores acabam por alimentar a imagem paternalista do exército e o Padrão Moderador. Além do processo histórico de que, no Brasil, os governos militares foram mais incisivos nas perseguições e a redemocratização que, por ser conduzida pelos militares e ter demorado tanto tempo, não permitiu que a sociedade velasse e enterrasse o regime.

VISÃO ECONÔMICA FRENTE AO REGIME

Uma das hipóteses que havíamos levantado quando começamos a pesquisa, baseado nos dados apresentados por Cerri (2016, p. 85), era de que continuaria a se confirmar que os jovens tinham uma visão positiva do governo militar quanto a sua administração, principalmente no que tange à economia e isso pela propaganda do *Milagre Econômico*.

O gráfico que apresentamos a seguir refere-se aos dados levantados em questionamentos sobre a economia durante o período em que os generais estiveram à frente do poder, mais especificamente sobre crise, ou não, financeira durante o respectivo período.

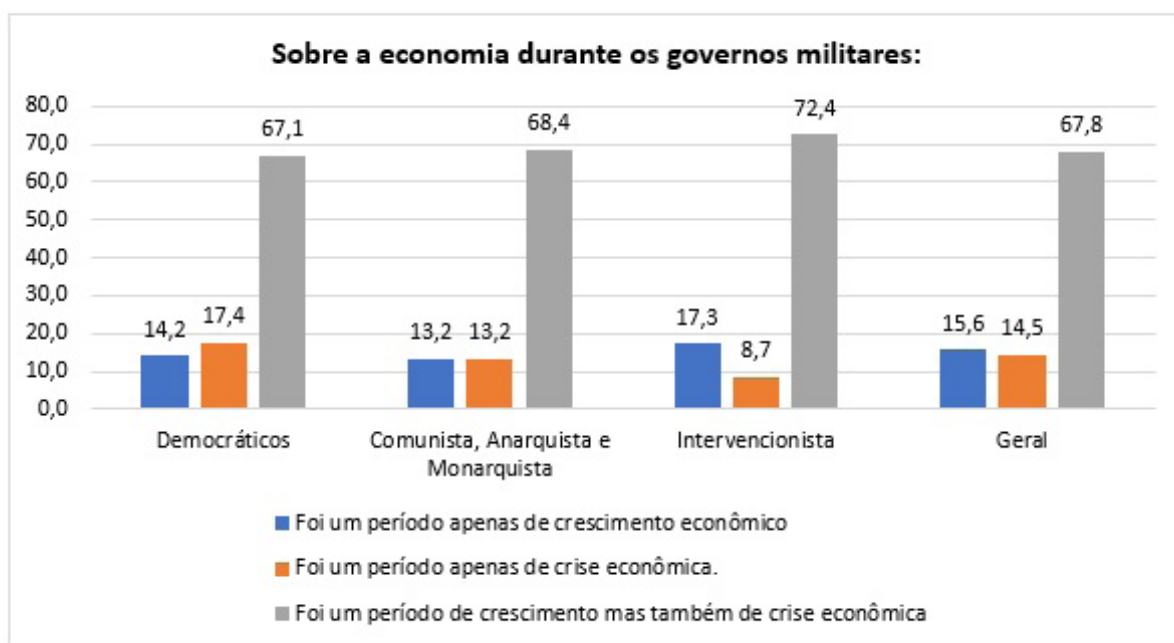


Gráfico 5 - Sobre a economia durante os governos militares: Categórico e Geral
Fonte: o autor

O que é possível observar nos dados é que no geral, e também nos grupos categóricos que temos utilizado no presente trabalho, os jovens admitem que foi um período com crescimento econômico, mas também um período de crise econômica. Se compararmos aos dados do Jovens e a História, analisados por Cerri (2016, p. 85), é possível perceber que os jovens de 2012/2013 rechaçavam a ideia de crise econômica durante os governos dos generais, entretanto os dados levantados e apresentados acima, de uma outra juventude, demonstram que esta aceita a ideia de uma crise econômica enquanto os militares estavam à frente governo.

Esse fator de aceite da ideia também de crise durante o período, e aqui damos destaque que os que mais aceitam tal ideia são os intervencionistas, que vai em desacordo com uma das principais alavancas propagandísticas do regime que era, justamente, a ideia de um grande Milagre Econômico (CERRI, 2002, p. 199).

A ideia de que foi um período de crescimento, mas também de problemas econômico é a mais

coerente frente aos dados sistematizados. O site R7¹⁵ disponibilizou algumas tabelas e gráficos sobre o período e esses dados apontam que o PIB durante o período do Milagre Econômico (1969-1973) cresceu, entretanto ele entra num sobe e desce após esse espaço de tempo; quanto à inflação, os militares tomam o poder em 1964 com 92,12%, em 1980 ela chega a 99,20%, embora durante alguns anos ela tenha decaído, e eles saem do poder, em 1985, com 242,24% de inflação; quanto à Dívida Externa, em 1964 era de 3.155,00 e ela continuou subindo ano a ano, praticamente, chegando em 1985 em 95.856,60.

Emir Sader (1990) também apresenta alguns dados referentes aos governos dos generais, como: dívida externa de 106.729,90 em 1985 (SADER, 1990, p. 51); a inflação de 235,10% em 1985 (SADER, 1990, p. 69); um aumento crescente dos juros da dívida externa entre os anos de 1970 e 1982 (SADER, 1990, p. 38); e a comparação que mostra que quanto mais subiu o PIB mais abaixou o salário mínimo real entre 1960 e 1984¹⁶ (SADER, 1990, p. 27).

Ainda há uma outra questão no questionário que permite complementar essa discussão. O próximo gráfico apresenta os dados da pergunta sobre divisão de renda durante o governo dos generais.

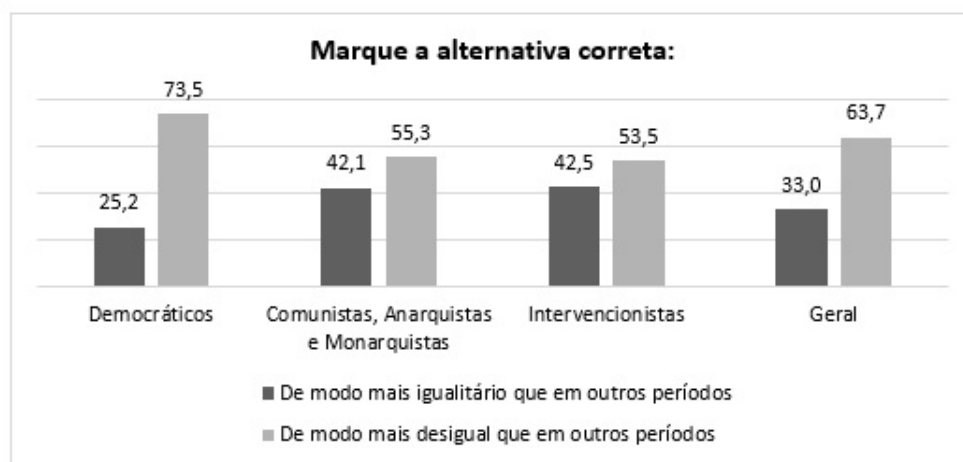


Gráfico 6 - Sobre a divisão de renda durante os governos militares: Categórico e Geral
Fonte: o autor

Com esse gráfico é possível perceber que os democráticos são os que mais apontam para uma divisão de renda de forma desigual durante o período em que os militares estiveram no poder, entretanto a maioria de todos os grupos categóricos e do geral apontam para essa perspectiva. É preciso ressaltar que os intervencionistas é o grupo, dentre os outros, que apresenta maior porcentagem de jovens que indicam uma divisão de renda mais igualitária que nos outros períodos.

Esse posicionamento dos intervencionistas pode ser uma das bases para o apoio deles aos militares assumirem o poder do Brasil, uma vez que grande parte dos jovens que assim se posicionaram acreditam que durante o governo dos generais, embora tenha havido problemas econômicos, as pessoas tiveram mais acesso às riquezas produzidas.

Emir Sader (1990, p. 27-28) demonstra, com dados estatísticos, que “a concentração de renda se acentuou – segundo a orientação do ministro Delfim Netto, de que era necessário ‘primeiro fazer o bolo crescer, para depois distribuir fatias dele’”. Pelos dados é possível perceber que essa é uma informação que parte significativa, embora não a maioria, dos jovens entrevistados negam.

Através dos dois últimos gráficos é possível apontar que não é devido a habilidade administrativa dos militares que os jovens intervencionistas assim se posicionam, uma vez que a grande maioria demonstra aceitar a constatação de que não foi um período apenas de crescimento econômico e a maioria, uma maioria menor, aceita a ideia de que foi um período em que as riquezas foram divididas de forma mais desiguais do que os outros períodos.

15 Site R7: <http://www.r7.com/r7/media/2014/20140331-info-ditadura/20140331-info-ditadura.html>. Acessado em: 28/10/2017.

Pelo gráfico apresentado pelo autor, apenas o ano de 1979 que houve aumento do salário mínimo real.

16 Pelo gráfico apresentado pelo autor, apenas o ano de 1979 que houve aumento do salário mínimo real.

GUERRA DE MEMÓRIAS

Em 1964 os militares chegaram ao poder, apoiados por parcela da população civil, com um discurso constitucionalista evocando a Revolução Constitucionalista de 1932 (SILVA, 2008, p. 119). Essa trajetória de legalismo dos militares, baseado principalmente na moral, tem por base que as constituições do início da República, a de 1934 e a da redemocratização após o Estado Novo continham duas cláusulas referentes a esse aspecto: “uma destas afirmava que os militares deveriam obedecer ao presidente, ‘dentro dos limites da lei’. A segunda determinava que os militares constituem uma instituição nacional permanente, responsável pela tarefa específica da manutenção da lei e da ordem interna do país” (STEPAN, 1988, p. 543).

Essas cláusulas, citadas acima, são fruto da construção da ideia do Padrão Moderador (STEPAN, 1975, p. 50), essa visão de que os militares têm papel de intervir e salvaguardar a ordem nacional. Ainda hoje, mesmo com a constituição tendo sido organizada após o período em que os militares estiveram no poder, ainda consta no artigo 142, da Constituição vigente, que é papel das Forças Armadas “[...] à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988).

O que é possível apontar, baseado na historiografia, é que uma outra das bases para o apoio à intervenção militar foi/é a moral conjugada com essa imagem, e papel constitucional, das Forças Armadas, já destacados acima. Maud Chirio (2012, p. 84) destaca que, para a elite militar que liderou o movimento de 64, “numa representação maniqueísta da situação política, o inimigo da revolução, de múltiplas facetas, é basicamente um só: a corrupção da classe política”.

É interessante pensar essa imagem dos militares e como que, mesmo após os 21 anos de governos autoritários, ela se mantém. Com a Anistia e a volta principalmente dos guerrilheiros que estavam exilados ganhou força os discursos contra os militares, principalmente no que tange às torturas (VASCONCELOS, 2009, p. 72). E esse foi uma das principais, se não a principal, plataforma de crítica ao período em que os militares estiveram no poder.

Desde o final do período em que os militares estiveram à frente do país parecia que esse discurso liderado e difundido pela esquerda armada havia vencido e, as defesas dos participantes do regime, sucumbido. João Filho (2003, p. 2), destaca que “na

visão unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas”.

Esse sentimento dos militares fica evidente em textos como o de Brilhante Ustra (2003), escrito em 1987, em que o militar, integrante ativo dos governos dos generais, afirma que foi vítima de acusações infundadas, que é vítima de calúnias e que estava cumprindo apenas os seus deveres, afirmando que não era torturador e que essa mentira acabava por manchar a sua imagem frente a sua própria família.

Esse tipo de discurso demonstra quão forte se mostrava a versão difundida pela esquerda armada. João Filho (2003, p. 8) ainda esclarece que o livro de Ustra estava dentro de uma lógica de justificativa e defesa dos militares frente às acusações veementes quanto a questão da tortura que acaba por decair na década de 1990. A lógica de defesa basicamente apontava para a ideia de ação e reação, sendo a tortura como a consequência das ações dos subversivos.

Dentro desses conflitos de versões, dessa Guerra de Memórias (FILHO, 2003, p. 1), os militares saíram com a imagem manchada por serem tachados de torturadores. A consequência desse processo é que os políticos da ARENA, partido que apoiava o governo dos generais, continuaram na vida pública, uma vez que esses políticos não praticaram diretamente torturas.

É possível destacar políticos como José Sarney, Paulo Maluf, Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Agripino Maia, dentre outros, que foram líderes que apoiaram os militares e que continuaram na vida pública graças ao estigma do período está muito ligado a questão da tortura praticada pelos militares. O foco dos discursos nos militares foi tão grande que o período passou a ser conhecido como Ditadura Militar, isentando assim o papel de vários civis que estiveram diretamente envolvidos com os governos dos generais.

Esses mesmos civis, citados acima, estão envolvidos em casos de corrupção, o que afasta, consequentemente, dos militares essa culpa de corrupto. Ou seja, os militares tiveram seus nomes manchados com a questão da tortura, mas saíram praticamente ilibados quanto a corrupção, esta estando ligada aos civis.

Tanto é essa a imagem construída que o discurso do Bolsonaro, político ligado aos governos militares, demonstra isso quando afirma que podem chamar ele de muitas coisas, mas o fazem assim

porque de corrupto não o podem chamar¹⁷.

Em momentos, como os atuais, em que há denúncias e comprovações de corrupção de políticos à esquerda e à direita, tendo muito desses políticos ligação com a oposição aos militares torna a ganhar força o discurso moral. Esses discursos defendem que os Generais-Presidentes morreram pobres e que queriam apenas livrar o Brasil desse estado de corrupção sistêmica que está vindo à tona atualmente¹⁸.

É nessa atual conjuntura que ganha força os discursos dos militares na década de 1980, como demonstra Brandão e Leite (2012, p. 318):

Ao contrário do que veio lentamente fazendo essa esquerda, os militares insistem em afirmar que sua conduta foi uma resposta legítima à violência daqueles que teriam se recusado ao diálogo e optado pelo radicalismo e ilegalidade, ao tomarem iniciativas de pegar em armas e ‘desencadear ações criminosas’.

Os militares mais exaltados, defendendo essa lógica de que fizeram porque era preciso e que em um estado de guerra existem efeitos colaterais (BRANDÃO e LEITE, 2012, p. 319), ainda clamavam que fossem de fato abertos os arquivos do período para que pudesse ser publicizado os atos da esquerda, principalmente a que pegou em armas contra o regime (BRANDÃO e LEITE, 2012, p. 317).

É através desse processo de Guerra de Memórias que se tornou possível que os militares saíssem imunes quanto à corrupção, salvaguardando sua imagem ligada à moral e justificando os excessos como consequência de ações *criminosas* de grupos que não buscavam o diálogo e sim a tomada à força do poder.

CULTURA ANTICOMUNISTA: 64 E HOJE

Como foi discutido na sessão anterior do trabalho, os militares saíram imunes à fama de corruptos, fama essa que impregna os políticos civis. Além disso, justificaram, e ainda é vivo esse discurso, os eventuais excessos como consequência da guerra que viviam no período contra a esquerda armada.

A Ditadura Aconteceu Aqui: A história oral e as memórias do regime militar é um livro recentemente lançado e que objetiva, através da metodologia da história oral e da crítica às memórias, (re)pensar o período em que os militares estiveram no poder. Os organizadores, na abertura do livro, afirmam que as memórias sobre esse período invocam, muitas vezes, “políticas desenvolvimentistas, patriotismo e anticomunismo para positivar um regime que censurou a imprensa e as artes, que adotou a tortura como política de estado e que prendeu, exilou, ‘desapareceu’ e matou por motivos políticos” (DELLAMORE, AMARO e BATISTA, 2017, p. 17).

Já foi trabalhado a questão do desenvolvimentismo quando discutimos o posicionamento frente à economia. Nessa parte do texto buscaremos compreender um pouco desse anticomunismo que justificou a tomada de poder dos militares em 1964 e, através dos dados levantados, analisar se ainda há traços dessa contraposição ao comunismo entre os jovens entrevistados.

A ideologia¹⁹ comunista, em Marx e Engels (2003, p. 45), prega que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes” e esse constante movimento entre “oprimido e opressor” acabaria por resultar, no final, por uma revolução proletária. Faz parte da prática comunista a recusa em “ocultar suas opiniões e suas intenções [... porque] os operários nada têm a perder [na revolução] a não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar” (MARX e ENGELS, 2003, p. 82).

Essas ideias divulgadas por Marx e Engels ganharam o mundo e chegaram, também, ao Brasil e aos militares. Elas causaram pressões na organização hierárquica dentro dos quartéis. Inclusive Generais do exército lideravam movimentos comunistas, como é o caso do General R/I Luiz Gonzaga de Oliveira Leite²⁰ que com o AI-1 teve seus direitos políticos cassados²¹. Mas antes dos impactos das ideias comunista, o exército brasileiro foi marcado pelo positivismo, baseado em Comte, ensinado por Benjamin Constant, principalmente na Escola da Praia Vermelha (CRUZ e MOREIRA, 2015, p. 177).

17 Link de vídeo do Bolsonaro afirmando que podem chama-lo de muitas coisas, menos de corrupto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9dhB88GgMT8>. Acessado em: 30/10/2017.

18 Página de um Blogger com várias imagens que professam esse discurso. Disponível em: <http://vitimasdoins.blogspot.com.br/2016/03/os-politicos-nao-querem-fazer-politica.html>. Acessado em: 30/10/2017.

19 Usamos Ideologia aqui como conjunto de ideias.

20 Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/03/cuba.pdf>. Acessado em: 04/11/2017.

21 AI-1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-1-10-abril-1964-364826-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acessado em: 04/11/2017.

Desse positivismo surgiu a ideia de soldado cidadão, ou seja, é aquele soldado que tem uma vida pública/política ativa. A instituição militar esforçou-se para que esse modelo de soldado fosse deixado de lado em prol do soldado profissional, que também passou a ser conhecido como soldado corporação, que seria o modelo do soldado que se ocupa apenas das ordens dadas por seus superiores e apaga-se como cidadão frente a instituição (CHIRIO, 2012, p. 8-9).

É a juventude do início do século XX, que chega ao oficialato ainda com a participação do Exército na Proclamação da República muita fresca na memória que emprega o modelo de soldado cidadão e irá criar movimentos como o Tenentismo e participar ativamente do movimento que colocou Getúlio Vargas no poder em 1930 (CHIRIO, 2012, p. 10).

Esses movimentos apresentaram grande perigo a uma das bases para as instituições militares: a hierarquia. Se os soldados se colocam como indivíduos, cidadãos, acima das ordens vindas de seus superiores isso, fatalmente, desestabiliza a cadeia de comando que sustenta o Exército. Por isso, na década de 1930 o regulamento disciplinar do Exército proíbe discussão e propaganda política no interior da instituição (CHIRIO, 2012, p. 10).

É esse receio de se acabar com a hierarquia, uma vez que, como citado mais acima, as ideias comunistas projetam quem está abaixo na hierarquia para assumir o comando, e o contato com o exército francês trazem a Doutrina de Segurança Nacional e o anticomunismo para dentro das organizações militares, antes desse anticomunismo chegar aos EUA (CHIRIO, 2012, p. 20).

É interessante destacar que Maud Chirio (2012, p. 87) afirma que “o golpe de 31 de março de 1964 tem todos os traços de uma reação contra a dupla ameaça de uma revolução comunista e de uma quebra da hierarquia militar”.

O intuito de fazer um pouco dessa arqueologia, baseado principalmente no trabalho muito bem elaborado de Maud Chirio, é perceber que as ideias anticomunistas no exército brasileiro vêm principalmente devido ao medo da subversão da ordem hierárquica e pelo contato com o exército Francês e

não com o dos EUA, uma vez que os EUA só começam a se importar com o comunismo de fato após a II Guerra (1939-1945).

É pela cultura anticomunista existente dentro do exército que Vargas ganha força e toma o poder em 1937, através do famoso Plano Cohen. É essa mesma cultura anticomunista que levou os militares a pressionarem Getúlio na década de 1950, que impulsionou o movimento para que Jango não assumisse e é ela que permitiu o apoio dos militares e seu protagonismo em 1964.

Motta (2001/2002, p. 71) trabalha com o anticomunismo já a partir de 1917 (ano da Revolução Russa) e afirma que foi esse sentimento contribuiu para a eclosão de dois golpes autoritários na história do Brasil, 1937 e 1964. Entretanto esse traço da cultura política ligado ao anticomunismo não é exclusivo dos militares.

Outro movimento que demonstra esse traço da cultura política brasileira é a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Sérgio Lamarão, em artigo intitulado A Marcha da Família com Deus pela Liberdade publicado no site da FGV, afirma que essa marcha “congregou segmentos da classe média, temerosos do ‘perigo comunista’ e favoráveis à deposição do presidente da República”.

A reportagem da Folha de São Paulo no dia 20 de março de 1964, noticia a marcha dando enfoques a algumas falas e nelas percebe-se o anticomunismo, o contraponto ao comício do dia 13 de março e também a evocação do movimento constitucionalista de 1932.

Motta (2014b, p. 6), utilizando dados levantados por pesquisas de opiniões da década de 1960, demonstra que a população, de uma maneira geral, não se contrapunha a Jango e nem as reformas de base propostas por ele²². Entretanto o que vai fazer com que esse apoio decaia é a imagem que foi atrelada ao presidente de que ele iria dar um golpe e transformar o Brasil numa República Sindicalista²³.

É ainda o trabalho de Motta que comprova que a maioria da população era contra a legalização do PCB, apoiava Lacerda por proibir o Congresso de Solidariedade a Cuba²⁴ e colocava o comunismo como um perigo para o Brasil (MOTTA, 2014b, p.

22 Tem um trabalho de Mateus Pereira e Andreza Pereira (2007) que demonstra a construção da imagem de João Goulart nos livros didáticos. O que chama a atenção é o caráter caricatural dele, e também de Jânio Quadros, o que, fatalmente, dificulta o debate sobre o período e participação política dos sujeitos.

23 É importante ressaltar que para alguns jovens, ainda hoje, o movimento que tirou João Goulart do poder impediu que o Brasil se tornasse uma Cuba ou uma Venezuela, colocando esses países como exemplos negativos ligados ao comunismo (ÁVILA, 2016, p. 179).

24 Congresso organizado para angariar apoio à Revolução Cubana no Brasil. Sua mais recente edição foi de 15 a 17 de Junho do presente ano. A seguir link dos anais do evento de 1962; Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/03/cuba.pdf>. Acessado em: 31/10/2017. E link do convite para o evento de 2017; Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/14487>. Acessado em: 31/10/2017.

9-10). Mas mesmo com essa sensibilidade anticomunista “somente a minoria associava diretamente Goulart ao ‘perigo comunista’” (MOTTA, 2014b, p. 10).

Stepan (1975, p. 145) afirma que esse aspecto começa a mudar com o comício do dia 13 de março em que Jango chama a constituição de arcaica, o que enfraqueceu o seu próprio poder constitucional, principalmente frente os militares. E, esse mesmo autor, ainda destaca que “muitas pessoas que antes eram ‘pró-governo’ mudaram para uma posição de [...] ‘antigoverno’. Os conservadores, ‘antigoverno’ tornaram-se cada vez mais ‘antirregime’” (STEPAN, 1975, p. 145).

O caráter anticomunista foi tão forte no movimento de 1964 que é o que permitiu, segundo Motta (2014a, p. 290), que o regime vingasse, afinal era essa tradição anticomunista que unia os grupos heterogêneos que tomaram o poder. Além de Motta, Stepan (1975, p. 99) também demonstra essa pluralidade na formação do Exército quando afirma que “os grupos militares que, mais tarde, em 1964, deram mostras mais claramente associados com a política de guerra fria dos EUA foram os perdedores nas lutas militares internas de 1955 e 1961”.

É essa ânsia por extinguir o comunismo no Brasil que os militares dão origem à Primeira Linha Dura, formada principalmente por militares dos IPMs, e é esse grupo que pressiona para fechar ainda mais o regime à ponto de conseguir instalar o AI-2 e o AI-5 (CHIRIO, 2012, p. 49, 127). Com o fim da luta armada, a Linha dura que surge também estava voltada para a área da repressão, eram militares envolvidos com os Serviços de Informação do governo. Sendo que essa nova Linha Dura se posiciona contra abertura política e é marcada pelas ideias de antipolitismo e anticivilismo, tachando quem não é aliado de comunista, inclusive militares que

participaram do processo de 1964 (CHIRIO, 2012, p. 203).

O regime teve apoio da grande mídia, principalmente no momento de seu início, o que lhe auxiliou na divulgação de suas ideias. Mas é importante destacar que o apoio de grandes veículos de imprensa não significava “concordância plena com a pauta política da ala extrema-direita do novo regime” (MOTTA, 2013, p. 63), uma vez que “todos os jornais da grande imprensa professavam valores democráticos e liberais, que eram apresentados como fontes originadoras do regime de 1964” (MOTTA, 2013, p. 85).

Essa cultura anticomunista ressurgiu na atualidade, pelo menos desde 2013 (DELLAMORE, AMARO e BATISTA, 2017, p. 16). A prova disto é que em 2014 São Paulo vivenciou uma nova Marcha da Família com Deus que se manifestava contra o governo do PT, o qual relacionavam ao comunismo; contra a desmilitarização da PM; e a favor da intervenção das forças armadas²⁵.

E como a força anticomunista na década de 1960 estava ligada ao ambiente internacional da Guerra Fria, atualmente há um fortalecimento dos discursos antiesquerda no mundo, podendo ser listado França com a candidatura forte de Marine Le Pen, EUA com a vitória de Donald Trump, a entrada no congresso alemão do Partido Alternativa para Alemanha (AfD), o Brexit, dentre outros fatores que demonstram essa tendência antiesquerda crescente na política mundial.

No Brasil, como vimos, esse anticomunismo está voltado para o PT e os partidos que, junto ao PT, governaram o país durante esses últimos anos. Pensando nisso, no instrumento que utilizamos colocamos uma questão para saber como que os estudantes se posicionam politicamente. As opções e os resultados constam no gráfico abaixo:

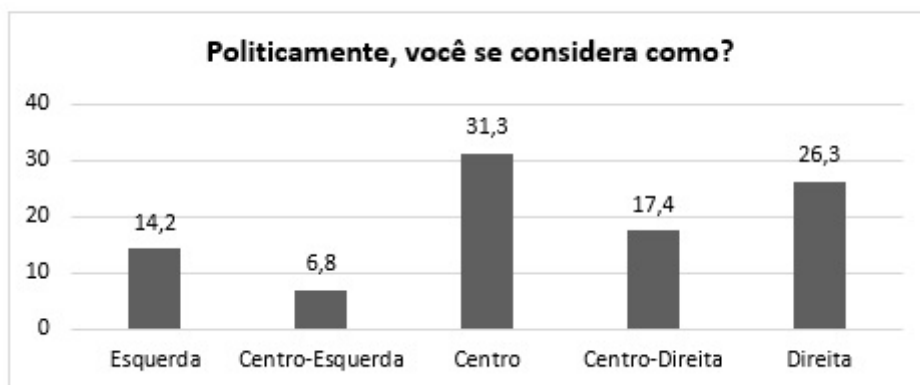


Gráfico 7 - Posicionamento político. Fonte: o autor

25 Reportagem de cobertura sobre a Marcha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429580-marcha-da-familia-com-deus-reune-cerca-de-500-pessoas-no-centro-de-sp.shtml>. Acessado em: 31/10/2017.

Pelos dados apresentados através do gráfico é possível observar que a maioria dos jovens entrevistados se colocam como centro, entretanto tendem mais à direita do que a esquerda. Esse posicionamento mais à direita política pode sim está ligado a esse fenômeno global de antiesquerdismo.

A matéria, supracitada, da Folha sobre a Marcha da Família com Deus em 2014 apresenta fotos que afirmam que Dilma é comunista, assim bem como que a Verdade tortura os comunistas, dentre outras palavras de ordem.

Outro fator que demonstra esse anticomunismo presente atualmente são os dados apresentados no Gráfico 2 e 4, onde mostra Jair Bolsonaro, que tem um discurso bastante anticomunista, como candidato mais votado dentre os jovens entrevistados.

Essa sensibilidade anticomunista constituinte da cultura política brasileira acaba por facilitar o crescimento do apoio aos militares e ao governo destes, uma vez que, historicamente, a instituição se pôs contra o conjunto de ideias advindas de Karl Marx.

DINÂMICA DA MEMÓRIA

Na parte anterior do texto foi discutido um pouco sobre o processo que permitiu que os militares mantivessem a sua imagem aliada a moral e contra a corrupção desde antes de 1964, até a atualidade, bem como o anticomunismo como um traço constante da cultura política brasileira em tempos de crise. O que pretendemos fazer a seguir é, através de revisão bibliográfica de autores que versem sobre memória, entender os mecanismos pelos quais essas imagens permaneceram na sociedade, mesmo que durante muito tempo elas estivessem como que mortas e enterradas.

A dinâmica da Memória é bastante rica e a contribuição das discussões teóricas sobre esse tema permitem-nos enxergar um pouco melhor os motivos pelos quais, mesmo depois de anos e de discursos contra os militares, ainda há a imagem de salvadores da pátria no campo político e o anticomunismo insiste em ressurgir em momentos de crise.

O primeiro ponto a ser abordado será a diferença entre História e Memória. Nas discussões políticas atuais, muitas vezes acaloradas, afirma-se que um dos dois lados tem que ler um livro de história. Ou seja, “num misto de otimismo iluminista com o saber

histórico escolar e desconhecimento sobre as bases sociais do regime autoritário, foi atribuída à História e aos historiadores a responsabilidade de ‘educar’ e ‘convencer’” (DELLAMORE, AMARO e BATISTA, 2017, p. 17).

Cerri, através do canal de YouTube História Recente, discute em um de seus vídeos²⁶ o discurso recorrente de que o professor/historiador, que não viveu o período, sabe menos do que quem viveu, desta forma remontando à antiguidade em que a história era baseada no testemunho ocular.

Com esses posicionamentos é possível observar que há uma contraposição da História a outra coisa que, nos debates cotidianos, não se nomeia de maneira clara, mas chama-se Memória. Pierre Nora esforça-se para diferenciar esses dois conceitos. O autor afirma que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, ou seja, “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 1993, p. 9).

Esse distanciamento do objeto e seu resgate através da mediação metódica é o que caracteriza a história como ciência e a diferencia da memória. O que se observa em discurso como os comentados acima é o fortalecimento da memória, das opiniões sem fundamento metodológico, sem base científica frente ao conhecimento produzido cientificamente.

Rüsen (2015, p. 221) afirma que, mesmo dentro do meio científico da história, “o entusiasmo com que a ciência da história se entregou aos lugares de memória, por sua vez, dá testemunho de sua busca por fontes de renovação de sua atratividade cultural”. Essa atratividade cultural referenciada por Rüsen permite a menor divulgação das produções sobre o passado baseadas em metodologias.

Com essa afirmação é possível perceber que a memória tem um apelo muito mais forte do que a história. Entretanto, embora seja importante a distinção dos dois conceitos para efeito de estudo e discussão, “uma distinção absoluta entre memória e história não se sustenta” (RÜSEN, 2015, p. 223). Ou seja, (...)

[...] memória e história não são a mesma coisa. No entanto, não se pode pensar adequadamente a história sem a memória. Por outro lado, a memória, sem a história, fica isolada, dos desdobramentos que lhe seriam próprios e em direção dos quais evolui

26 “(HR16) Vovó sabe mais história que você (evidência anedótica)”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yj75xrXmwwc>. Acessado em: 01/11/2017.

(RÜSEN, 2015, p. 227).

O campo da Didática da História é o que abrange essa discussão, pois ela refere-se a construção e circulação do conhecimento histórico na sociedade (SADDI, 2012, p. 217). Dentro desse campo a área responsável por refletir sobre a relação entre História e Memória é a Cultura Histórica. Essa área se ocupa “da origem do pensamento histórico na vida humana prática” (RÜSEN, 2015, p. 217).

Dentro da teoria de Rüsen, a consciência histórica é a responsável por organizar a contingência (RÜSEN, 2015, p. 41-42), ou seja, ela pega o passado com seus fatos e o organiza com o intuito de gerar uma narrativa que oriente o sujeito frente às suas carências de orientação (RÜSEN, 1986/87, p. 99). Por sua vez, esse processo está inserido dentro da cultura histórica de uma determinada sociedade, desta forma, é a cultura histórica que “viabiliza que as experiências com o passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstâncias da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro” (RÜSEN, 2015, p. 217).

O pensamento histórico é o responsável por manejar de forma interpretativa a experiência temporal, “que é contingência carente de interpretação” (RÜSEN, 2015, p. 43). Todo esse processo é feito pela consciência histórica através do pensamento histórico, uma vez que essa consciência tem por objetivo “extrair do lastro do passado pontos de vista e perspectivas para a orientação do agir, nos quais tenham espaço a subjetividade dos agentes e sua busca de uma relação livre consigo mesmos e com seu mundo” (RÜSEN, 2010, p. 33-34).

Todo o processo de geração de sentido é uma atividade criativa do ser humano. “Ela se conecta sempre com interpretações prévias” (RÜSEN, 2015, p. 219), é esse o lastro da definição, acima, do objetivo da consciência histórica. Essa lógica de se orientar no presente através do conhecimento sobre o passado também está em Koselleck (2006, p. 309) dentro do que ele chama de espaço de experiência, que seria um conceito muito semelhante ao de lastro que Rüsen utiliza.

Rüsen (2015, p. 56) ainda destaca que crise é “a distinção desafiadora entre tempos diferentes no processo de mudança das circunstâncias da vida humana” e nesses momentos de mudanças que geram reorganizações de sentidos, que pedem maior esforço do pensamento histórico para trazer à tona conhecimentos sobre o passado para possibilitar o processo de orientação.

São momentos como esse que possibilitam o ressurgimento de memórias e discursos que estavam como mortos dentro da sociedade. Pollak (1989, p. 4) vai conceituar essas memórias que ressurgem em momentos de crise de Memória Subterrâneas. Essas são aquelas que resistem há tempos sem aparecerem diretamente por serem passadas de modo marginal, de certa forma escondidas, por serem “zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (POLLAK, 1989, p. 8).

Nessa citação, quando ele fala das estruturas de comunicação informais, lança-se uma direção para a reflexão sobre a origem do posicionamento a favor do retorno dos militares ao poder, mantendo a imagem de não-corruptos. Pois embora as memórias individuais sejam formadas a partir das coletivas (VASCONCELOS, 2009, p. 66), estas são passadas fora das grandes instituições.

Essa questão das instituições e seu enfraquecimento já vinha sendo apontado por Pierre Nora (1993, p. 8), quando o mesmo indica que há uma decadência das instituições responsáveis por passar a memória, sendo exemplo a igreja, a escola, a família, o Estado, dentre outras.

Para entender melhor o renascer dessas memórias subterrâneas utilizamos as divisões que Rüsen (2015, p. 225) faz da memória em três estágios. Como primeiro estágio ele coloca a memória comunicativa, onde se estabelece várias formas e conteúdos e são passadas como um tema entre outros mais; depois ele coloca a memória social, que seria aquela em que passa a ter um perfil próprio com importância política; por fim, a memória pode se tornar cultural, uma vez que passa a marcar a identidade de um determinado povo/sociedade.

Ainda é esse autor que coloca cinco dimensões para a cultura histórica, logo tange a memória, uma vez que esta está inserida naquela. As dimensões são cognitiva, que é a responsável pelo saber sobre o passado, refere-se a ideia de verdade que permite a validade do pensamento histórico (RÜSEN, 2015, p. 231); estética, refere-se à percepção das apresentações do passado, é essa dimensão a responsável por humanizar o saber histórico (RÜSEN, 2015, p. 231); política, é a responsável por lidar com o papel de influência da cultura histórica nas lutas pelo poder, uma vez que o pensamento histórico interfere na legitimação de discursos políticos (RÜSEN, 2015, p. 232); moral, é a dimensão responsável por valorizar o passado de acordo com a moral e a ética (RÜSEN, 2015,

p. 233); e religiosa, refere-se ao crer, a figura de um salvador (RÜSEN, 2015, p. 235).

Cruzando as ideias de Rüsen, Pollak e Nora com os dados e discussões expostos até aqui, é possível apontar que, devido ao enfraquecimento dos discursos institucionais em defesa dos militares, essa defesa permaneceu circulando em meios mais íntimos, de forma subterrânea. Isso ocorre porque essas memórias permaneceram como memórias comunicativas, principalmente porque, como estão inseridas dentro de uma determinada cultura histórica, esta última acaba por classificá-las, dentro da sua dimensão moral, como ruins, na dimensão cognitiva como incorretas, na estética como ultrapassadas, além de, dentro da dimensão política, como ilegítimas e na dimensão religiosa como sem apelo de salvação.

Uma vez que uma crise apareça, que é o que temos vividos no Brasil atualmente, houve a necessidade de reorganização das memórias para gerar sentido a ponto de orientar saídas para o presente. Desta maneira as memórias que estavam subterrâneas, funcionando como memórias comunicativas, passam ao status de memória social, onde ganham força política e começam a apresentar, através de adeptos, pretensão de verdade; a defender que seu discurso é atualizado, a qualificar-se como boa e legítima frente a cultura histórica que, até então, mostrava-se hegemônica, além de se fortalecer como discurso salvador.

Por fim, é importante destacar que a sociedade moderna, com o acelerar do desenvolvimento tecnológico, tem produzido muito e lutado por guardar muito também. Andreas Huyssen (2000, p. 15) denomina de Cultura da Memória esse processo de valorização do passado e afirma que “se a consciência temporal da alta modernidade no ocidente procurou garantir o futuro, então pode-se argumentar que a consciência temporal do final do século XX envolve a não menos perigosa tarefa de assumir responsabilidade pelo passado” (HUYSEN, 2000, p. 17-18).

Rüsen (2015, p. 228-229) destaca que a (...)

(...) aparente falta de propósito do pensamento histórico racionalizado é caracterizada como ‘memória de armazenamento’. O conhecimento histórico produzido cientificamente torna-se ‘entreposto de estoque’ de elementos cognitivos recuperáveis, conforme necessário, a (possível) serviço dos mais diversos fins culturais.

Rüsen concorda com Huyssen (2000, p. 32) e Nora (1993, p. 15) no que tange a ideia de que há um certo desespero por guardar memórias porque um dia elas podem ser úteis. A consequência deste

fenômeno é que, como está na citação acima, não há reflexão e nem discriminação para a guarda de memórias, deste modo guarda-se memórias e documentos, levanta-se Lugares de Memórias e abrem-se museus, mas não há uma discussão, nem absorção dessas memórias para efeito de orientação. Cria-se assim, o que Sergio Mota (2002) criticou, um imediatismo voltado ao prazer, lugares que deveriam comunicar memória, mas que mais se parecem com oásis no meio da conturbada vida na cidade, que não ensinam e nem refletem sobre nada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de investigação foi possível observar a importância do conhecimento histórico para a formação dos posicionamentos políticos. Para além disso reforça-se o papel da História como ciência dentro da sociedade, ocupando a função de permitir o desenvolvimento de um pensamento que respeite a lógica científica e permita um posicionamento no presente cada vez mais consciente.

O que foi possível observar é que há uma necessidade dentro da ciência da História de um renovo estético, dentro da lógica das dimensões da Cultura Histórica, para que as informações que são produzidas pelos historiadores possam chegar até o cotidiano das pessoas na sociedade. Porque o que os dados apontam é para um desconhecimento, trazendo destaque para o fato da maioria marcar que os torturadores foram julgados, por parte dos jovens de discussões que já estão elucidadas no meio científico.

Nos referimos no decorrer do texto sobre as tensões entre História e Memória, frente a isso a ciência precisa de um renovo para que possa sair das universidades e comunicar as pessoas em geral. Rüsen (2015, p. 73) coloca uma Matriz do Pensamento Histórico que versa sobre a construção do conhecimento histórico que começa no cotidiano e deve voltar a esse cotidiano. Dentro dessa lógica a estética tem a função de humanizar, tornar compreensível para os não especialistas os saberes produzidos pela ciência.

É preciso que as discussões que estão sendo feitas na universidade cheguem de fato à população. Desta forma se torna possível haver mudanças, afinal “quanto menor o conteúdo de experiência, tanto maior a expectativa que se extrai dele” (KOSELLECK, 2006, p. 327). Ou seja, quanto menos se sabe do passado maior e menos infundadas as expectativas que são criadas no presente sobre o futuro.

REFERÊNCIAS

- ARTURI, C. S. O debate Teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, p. 11-31, novembro 2001.
- ÁVILA, B. L. T. As Explicações sobre o Regime civil-militar (1964-1985) por alunos do ensino médio de Londrina, PR. In: (ORG.) MACHADO, I. P.; GERHARDT, M.; FRANZEN, D. O. **Ensino de História: Experiências na Educação Básica**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2016. p. 166-184.
- BALESTRA, J. P. História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina. **Antíteses**, v. 9, n. 18, p. 249-274, jul./dez. 2016.
- BAQUERO, M. Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: Reflexões sobre o Brasil Contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.
- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BRANDÃO, P. C.; LEITE, I. C. Nunca Foram Heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio da leitura do Projeto ORVIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [S.l.]: [s.n.], 1988.
- CARDOSO, O. Para uma definição de Didática da História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.
- CERRI, L. F. Ensino de História e Nação na Propaganda do “Milagre Econômico”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 195-224, 2002.
- CERRI, L. F. Un Bosque encima de la fosa común: dictaduras en la memoria de los jóvenes. In: SÁNCHEZ, L.; GARCIA, M. C.; GRÉGOIRE (ORG.), G. **La enseñanza de la Historia en debate: ¿enseñar desde el presente o para el presente?** 1ª. ed. Santa Rosa: Universidad Nacional de la Pampa, 2016. p. 81-98.
- CERRI, L. F. Um lugar na História para a Didática da História. **História & Ensino**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2017.
- CERRI, L. F.; DUARTE, G. R. Politização e consciência histórica em jovens brasileiros, argentinos e uruguaios. **Diálogos (Maringá. Online)**, v. 16, p. 229-256, 2012.
- CHAUÍ, M. Cultura Política e Política Cultural. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.
- CHIRIO, M. **A Política nos Quartéis**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CRUZ, M. M.; MOREIRA, S. C. A Formação do Ideário Militar e Ações Militares com foco no Exército (1864-1961). **Profanações**, v. 2, n. 1, p. 173-197, jan./jun. 2015.
- DELLAMORE, C.; AMARO, G.; BATISTA, N. Por uma História Social das Memórias da Ditadura. In: (ORG.) DELLAMORE, C.; AMARO, G.; BATISTA, N. **A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar**. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 15-25.
- FILHO, J. R. M. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Dallas, Texas, 2003.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KOSELLECK, R. Espaço de experiência e Horizonte de Expectativa: duas categorias históricas. In: _____ **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-327.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MOTA, S. Museu de tudo (e depois?). **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 6, p. 203-213, 2002.
- MOTTA, R. P. S. A “Indústria” do Anticomunismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, p. 71-91, 2001/2002.

- MOTTA, R. P. S. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **To-
poi**, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013.
- MOTTA, R. P. S. Adesão, Resistência e Acomodação: O Influxo da Cultura Política. In: _____ **As
Universidades e o Regime Militar**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. p. 288-324.
- MOTTA, R. P. S. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, v. 20, p. 1-21, 2014b.
- NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- PEREIRA, M. H. F.; PEREIRA, A. C. I. Entre Loucos e Fracos: Jânio Quadros e João Goulart em livros didáticos de história (1973-2006). **Cadernos de História**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 47-66, set.2006/set.2007 2007.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RÜSEN, J. Explicação Narrativa e o problema dos Construtos Teóricos de Narração. **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, São Paulo, v. 3, p. 97-104, 1986/87.
- RÜSEN, J. **História Viva**: teoria da História : Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende MARTINS. Brasília: UnB, 2010.
- RÜSEN, J. **Teoria da História**: Uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- SADDI, R. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 211-220, Julho-Dezembro 2012.
- SADER, E. **A Transição no Brasil**: Da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1990.
- SALLES, R. **Nostalgia Imperial**: Escravidão e Formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- SANI, G. Cultura política. In: BOBBIO, N.; AL., E. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, v. 1. 13, 2008.
- SCHWARTZMAN, S. Veite Años de Democracia Representativa en Brasil, 1945-1962. **Revista Latinoamericana de Ciencia Política**, v. 11, n. 1, p. 2-25, Abril 1971.
- SILVA, S. M. D. M. 1964, o ano de uma notícia indelével: A construção memorial do golpe militar, no Brasil, entre a mídia, a memória e a história. **Cenários da Comunicação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 117-125, 2008.
- SOUZA, M. D. C. C. D. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: (ORG.) STEPAN, A. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.
- STEPAN, A. **Os Militares na Política**: Mudanças de Padrões na vida Brasileira. São Cristóvão - RJ: Editora Artenova, 1975.
- STEPAN, A. As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: ORG. _____ **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.
- SUZIGAN, W. Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. nº4, p. 5-16, 1988.
- USTRA, C. A. B. **Rompendo o Silêncio**: OBAN DOI/CODI 29 de Set. de 70 - 23 de Jan. de 74. [S.l.]: [s.n.], 2003.
- VASCONCELOS, C. B. D. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, p. 65-84, 2009.